ESTADO DE RORAIMA
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

DIARIO DA ASSEMBLÉIA Nº 54 05/11/92 PAG. Nº 01

ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ATA

ATA DA 134ª SESSÃO, EM 05 DE NOVEMBRO DE 1992.
4º PERÍODO LEGISLATIVO DA 1ª LEGISLATURA.
ORDINÁRIA
PRESIDÊNCIA DO SENHOR FLÁVIO DOS SANTOS CHAVES.

Às nove horas achavam-se presentes: AIRTON ANTÔNIO SOLIGO, ANTÔNIO EVANGELISTA SOBRINHO, CÉLIO RODRIGUES WANDERLEY, EULINA GONÇALVES VIEIRA, FLÁVIO DOS SANTOS CHAVES, FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO, HERBSON JAIRO RIBEIRO BANTIM, IRADILSON SAMPAIO DE SOUZA, JEIL VALÉRIO, JOÃO ALVES DE OLIVEIRA, JOSÉ MARIA GOMES CARNEIRO, LUIZ AFONSO FACCIO, NOÊMIA BASTOS AMAZONAS, ODETE IRENE DOMINGUES, OTONIEL FERREIRA DE SOUZA, PAULO SÉRGIO FERREIRA MOTA, RAMIRO JOSÉ TEIXEIRA E SILVA, RENAN BEKEL PACHECO, RODOLFO DE OLIVEIRA BRAGA, ROSA DE ALMEIDA RODRIGUES, VERA REGINA GUEDES DA SILVEIRA.

O Senhor Presidente (FLÁVIO DOS SANTOS CHAVES).

-" Havendo quorum regimental e sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor segundo Secretário que proceda a leitura da ata da sessão anterior."

O Senhor Secretário (IRADILSON SAMPAIO DE SOUZA).

(Lida e aprovada).

O Senhor Presidente (FLÁVIO DOS SANTOS CHAVES).

-" Solicito ao primeiro Secretário, que proceda a leitura do expediente."

O Senhor Secretário (RODOLFO DE OLIVEIRA BRAGA).

-" O expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

ORIUNDOS DO EXECUTIVO:

- Ofício nº 567/92 do Exmo. Sr. Chefe do Gabinete Civil do Governo do Estado, LUIZ AIMBERÊ SOARES DE FREITAS, comunicando o encaminhamento das Indicações números 123 e 125/92 do Deputado RENAN BEKEL PACHECO, nº124/92 da Dputada ROSA DE ALMEIDA RODRIGUES, nº127/92 da Deputada ODETE IRENE DOMINGUES e Nº 126/92 do Deputado ANTÔNIO EVANGELISTA SOBRINHO.

Mensagem Governamental nº 32/92 encaminhando o Projeto de Lei nº 42/92 que dispõe sobre o Plano Plurianual de investimentos para o período 1992 1995 e dá outras providências.

Era o que constava no expediente."

O Senhor Presidente (FLÁVIO DOS SANTOS CHAVES).

-" Solicito ao Senhor 1º Secretário que faça a chamada nominal dos oradores inscritos para o Grande Expediente."

O Senhor Deputado OTONIEL FERREIRA DE SOUZA.

-" Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Funcionários desta Casa, distinta platéia que nos honra com vossas presenças, destacando a presença do Prefeito eleito de Normandia, GELB PEREIRA, das ilustres presenças dos companheiros pecuaristas do Município de Normandia ALTAMIR QUEIROZ, Major WILSON, Senhor TARCISIO, Senhor CURICA, todas as pessoas que juntamente conosco vem sentindo na pele as dificuldades que o povo do meu Estado tem encontrado para viver decentemente, trabalhando nas suas ocupações habituais, em virtude da violência que se avizinha, e o desrespeito para com este povo, em permanecer no campo, defendendo as suas propriedades rurais e os seus interesses pessoais. Nós queremos nessa ocasião dar boas vindas a vocês, e dizer que as portas dos gabinetes dos Senhores Deputados, independentes de quaisquer facções partidárias, estão abertas para juntamente com vocês defender o que nós entendemos como direito liquido, certo e exigido do cidadão que trabalha com honradez para sustentar a sua familia.

Mas, Senhor Presidente, dentro deste tema, que hoje a boca pequena desta sociedade está informada, gostaríamos de dizer, que o Poder Judiciário, as autoridades do exército brasileiro, ao Ministério Público Estadual estão ai para garantir os direitos constitucionais, a integridade física e patrimonial do cidadão.

Ontem, em companhia do Presidente da Casa, da Deputada VERA REGINA GUEDES DA SILVEIRA, dos Deputados RODOLFO DE OLIVEIRA BRAGA e HERBSON JAIRO RIBEIRO BANTIM, estivemos no Final da Tarde no 7º BIS, e conversamos demoradamente com Sua Excelência, o General de Divisão, FRANCISCO PINTO. Durante a nossa audiência prestamos àquela autoridade militar algumas informações dos fatos alarmantes que vimos na região onde estão em conflitos, seja no Município de Normandia e propriamente a área pretendida pela FUNAI, região Raposa/Serra do Sol. Nós gostaríamos inicialmente de tranquilizar os senhores, porque nenhum segmento social, exceto a posição da Igreja Católica, através de alguns padres, não todos, defendem a permanência dos senhores na região, porque o produtor rural, o homem do campo é que vem trazendo desenvolvimento para o meu Estado. E jamais, alguém deixou de lembrar que a pecuária é a única economia sustentável para o Estado de Roraima. Se hoje está em declínio é também culpa dos nossos governantes, pois

esqueceram de incentivar e dar garantias ao homem do campo. Em nenhum momento o Governador saiu do seu Gabinete para garantir a permanência dos senhores em suas propriedades adquiridas com muito suor. Nós estamos aqui advertindo o Chefe do Poder Executivo que tire imediatamente a Secretaria de Interior e Justiça, comandada pelo Senhor **ROBÉRIO ARAÚJO** que serve de apoio a estas maldades que se fazem contra os fazendeiros. O Governador precisa, antes de tudo, ir em defesa dos senhores, porque assim independentemente de estar defendendo a única economia palpável do meu Estado, estará defendendo a soberania do Estado, pois trata-se de uma área fronteiriça. Ontem, nós tomamos uma decisão, a Assembléia Legislativa através de seus parlamentares irá a fronteira do Brasil para deixar fincado e hasteado o pavilhão nacional para mostrar que ali é Brasil, que não se pode permitir a permanência de padres estrangeiros, fazendo e acontecendo contra os homens que vivem naquela região. Todos são testemunhas de que esta violência só passou a acontecer após a permanência do Padre **JORGE** e outros que ficam incitando os índios, para que toquem fogo nas propriedades, matem o gado, cortem cercas e invadam propriedades. Nunca antes isto aconteceu, por esta razão, mais uma vez nós estamos chamando o Governador do Estado como litisconsorte necessário nesta causa, e venha dar garantia aos senhores, porque até o próprio Poder Público Estadual poderá promover uma ação conjunta do interdito proibitório, ou uma manutenção de posse até que saia a demarcação que todos os senhores pretendem. Agora, é inadmissível que um Governador de Estado num momento crucial desses, esconda-se e fique conversando às escondidas com Dom **ALDO MONGIANO**, dando inclusive sustentação para estes atos de vandalismo que vêm acontecendo no interior do Estado. Eu acho que o Senhor Governador deve sair do seu gabinete e ir defender esse patrimônio, porque caso contrário, mais uma vez, fica comprovado o seu descompromisso com o homem, e em consequência disso o Estado fica inviabilizado administrativamente e economicamente. É bom que se chame a atenção de todos os Senhores produtores, de todos os homens que compõem a classe política do meu Estado, inclusive os Senhores Deputados Federais, e os Senhores Senadores da República, para que consigam junto ao Governo Federal um momento de paz e de tranquilidade para o homem que vive no campo.

Eu gostaria de dizer que ontem quando nós saímos do Gabinete do Senhor General, veio conosco uma esperança, porque ele demonstrou também a sua preocupação, e que trará uma garantia de ordem pública para a região serrana.

A partir de hoje com a reunião que se dará início nesta Casa, este simpósio trará informações para que as autoridades competentes do País possam reverter o fato.

Ontem, por volta das 22:00hs, liguei para Brasília e conversei com o Deputado Federal **JOÃO FAGUNDES**, que faz questão de participar desse simpósio, e já nos transmitiu uma tranquilidade, fazendo uma referência direta ao fazendeiro **JOÃO GOBERTO** para que ele fique despreocupado e transmita aos seus companheiros da serra de que houve movimento em Brasília, ele conversou com o Ministro da Justiça, com o Presidente da República, transmitindo o momento de tensão que acontece no Estado. Já se começa a sentir que se não houvesse este movimento dos senhores produtores, mais uma vez não se daria conhecimento às autoridades federais. O relatório circunstaciado que será lido aos senhores Deputados, e apresentado as partes no momento litigante, servirá como peça fundamental nas informações que serão passadas às autoridades e a quem afeta esta questão. Nós gostaríamos de externar a nossa preocupação, porque em nenhum momento a Assembléia Legislativa deixou de questionar este fato, cabendo esclarecer entretanto, que a participação do Poder Executivo é uma necessidade para que se possa estar respaldado inclusive, garantindo o direito constitucional, assegurado ao homem do campo. Muito obrigado, eram essas as nossas palavras na manhã de hoje Senhor Presidente."

O Senhor Presidente **(FLÁVIO DOS SANTOS CHAVES)**.

-" Esta Presidência recebeu o relatório dos Deputados que representaram a Assembléia Legislativa, para ouvir as comunidades envolvidas na demarcação de terras da região denominada Raposa/Serra do Sol.

Solicito ao nosso 2º Secretário que faça a leitura do relatório apresentado."

A Senhora Secretária **(VERA REGINA GUEDES DA SILVEIRA)**.

(Lido o Relatório).

O Senhor Presidente **(FLÁVIO DOS SANTOS CHAVES)**.

-" Em discussão a Indicação.

Em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam sentados.

Aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Senhores Deputados, nós ouvimos atentamente o relatório da comissão. Hoje se encontram nas nossas galerias, vários pecuaristas dessa região pretendida pela FUNAI, também pelos pecuaristas da Raposa/Serra do Sol, onde eles fazem uma solicitação, que após esta Sessão, neste mesmo plenário, nós conversaremos com os produtores, porque eles solicitam do nosso Poder Legislativo, para que haja entendimento entre as partes, não só os pecuaristas como a FUNAI, a Igreja, os caboclos, o exército, o Governo Federal, o Governo Estadual através de nossos representantes em Brasília, num forum de debates em discussão sobre as demarcações dessa área Raposa Serra do Sol. Então nos fazemos essa solicitação aos nobres Deputados, que logo após a reunião permaneçamos em plenário para conversarmos com os produtores Raposa/Serra do Sol.

Não havendo mais nada para a ordem do dia, passaremos para as Explicações Pessoais."

O Senhor Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO.**

-" Senhor Presidente, eu gostaria de pedir permissão a Vossa Excelência, para fazer um pequeno pronunciamento que eu iria fazer no grande expediente, mas por motivo alheio a nossa vontade não foi possível chegar a tempo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Mais uma vez ocupo a tribuna desta Casa, para referir-me ao complexo problema que cerca a pretensão da FUNAI em demarcar em área contínua, a reserva para preservação dos índios Macuxi, Yanomamis e outros, região esta conhecida como Raposa/Serra do Sol.

Os relatos que têm sido apresentados, tanto pelos colegas que foram aquela região, com o objetivo de conhecer a realidade dos fatos ou aqueles apresentados por moradores da região chegam a causar arrepios a qualquer pessoa que tenha um mínimo de sentimento nacionalista ou que esteja habituado a maneira de viver da pacata gente deste Estado.

As informações colhidas pelos nobres Deputados que foram a Fazenda Manga Braba, e aquela região para o encontro com fazendeiros e comerciantes e, também na Maloca Maturuca, onde, segundo afirmam os Deputados, há uma forte influência pastoral dos religiosos que ali atuam, sendo estes, membros de várias seitas. Garantem os Deputados que muitas propriedades já foram invadidas pelos índios que até há alguns anos atrás, mantinham um relacionamento fraterno e até estreito com a sociedade envolvente. As mesmas informações também garantem que alguns índios, também já atentaram contra as propriedades dos fazendeiros que com eles, também enfrentam uma série de dificuldades, fruto da política desumana traçada pelo Governo Federal para esta região, do mesmo modo, animais que fazem parte do rebanho daqueles proprietários são atingidos por flechas e

tiros e alguns morrem em função do ferimento recebido.

E nisso tudo, o que é mais grave Senhor Presidente, é que os índios, como disseram os Deputados, desenvolvem um nível de agressividade sem precedentes na nossa história, sob o pretexto de defenderem radicalmente os seus direitos sobre a propriedade histórica da terra. Mulheres, e veja só Senhor Presidente, crianças chegaram a agredir os integrantes desta Casa que é representação do povo de Roraima, inclusive dos próprios índios.

Sinceramente, não queremos responsabilizar os nossos irmãos índios pelos desatinos que possam ter sido cometidos contra não só a autoridade dos integrantes deste poder, mas, e principalmente, contra o desejo de todos nós em levarmos a bom termo, o que nos é peculiar, as negociações para o entendimento, sem traumas e sem segregação que possam ferir de morte o que de mais bonito existe em nossa sociedade, a paz e a harmonia.

Nesta oportunidade, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, queremos pedir que fique registrado nos anais desta Casa, um pedido de socorro da sociedade roraimense ao Exército Brasileiro, que é com quem o nosso povo tem ligações mais profundas e históricas para que, através de seus Comandantes e até Ministro, adote uma posição efetiva de contestação, se possível publica, contra esta despropositada ação criminosa da Fundação Nacional do Índio - **FUNAI**, contra o povo do nosso Estado.

É preciso, e sabemos que isto vai acontecer, que o nosso Exército, constitucionalmente responsável pela defesa e manutenção da integridade do território brasileiro, seja mais audaz e intransigente na discussão sobre a demarcação desta reserva indígena, que deixa em descoberto dois longos trechos de fronteira com a República Cooperativista da Guyana e com a República do

Venezuela. Nesta mesma tribuna, já disse e uma vez que sou favorável à demarcação da área dos índios Macuxi e Wapixana, mas, não posso aceitar, também como já disse, que ações descabidas venham a transformar o nosso Estado em cenário de destaque nacional pela violência rural que já acontece em algumas regiões deste País, muito menos ainda, posso aceitar que entre índios e brancos, que sempre se entenderam, possa haver daqui para frente, a segregação racial.

É preciso coragem, Senhor Presidente, é preciso determinação por parte dos políticos deste Estado para que unidos e suprapartidariamente, tratem desta questão como um ponto de honra da nossa sociedade. É neste particular, quero novamente, chamar a atenção dos Senadores e Deputados Federais eleitos por este Estado, para que tomem consciência da gravidade do momento, esquecendo-se os seus desentendimentos partidários ou pessoais e voltem-se em defesa daqueles que os elegeram. Senadores e Deputados Federais de Roraima, acordem antes que a ressaca do povo deste Estado lhes repugne como seus representantes. Muito obrigado."

O Senhor Deputado **ANTÔNIO EVANGELISTA SOBRINHO.**

-" Senhor Presidente, em minhas Explicações Pessoais, eu gostaria de dizer aos senhores que não conheço ninguém que seja neste Estado testemunha de que o Governo do Estado se reune às escuras com o **DOM ALDO MONGIANO**, para lhe dar subsídios para o que está acontecendo aí. E sim, Senhor Presidente, sou testemunha de que o Governo do Estado se reuniu com o Presidente da **FUNAI**, porque eu participei dessa reunião, onde o Governo do Estado foi muito viril ao dizer ao Senhor Presidente Nacional daquela entidade que, se a situação se complicar e passar a se agravar, ele não se responsabiliza por uma desobediência civil do Estado de Roraima, procurando assim, as defesas de seus direitos. Portanto, aqui, Senhor Presidente, quero registrar que o Governo do Estado não está de braços cruzados. Nós, os políticos, através da Comissão que ora se instala, unidos vamos todos em busca de soluções para resolver esses problemas, e não ficar criticando e culpando o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado. Muito obrigado".

O Senhor Deputado **OTONIEL FERREIRA DE SOUZA.**

-" Em Explicações Pessoais, Senhor Presidente, nós gostaríamos de reafirmar os nossos posicionamentos feitos na Tribuna. Comparecemos à área em conflito, conversamos com as partes litigantes, e insistentemente vamos pedir que a classe política do Estado se una em todos os seus termos, que Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, o Governador do Estado, Secretário do Meio Ambiente, definam de uma vez por Todas esta questão, uma vez que a situação é bem mais grave do que se possa imaginar. Vou reiterar a nossa posição anterior à colocação do Pavilhão Nacional naquela região é uma necessidade, a fim de que possam esses Padres estrangeiros começar a respeitar a soberania do meu País. Embora o Padre **JORGE** já tenha queimado uma vez a Bandeira do Brasil naquela região, nós vamos voltar a colocar para que possa o Exército Nacional, uma vez que é uma necessidade, permanecer e criar pelotões naquela região, a fim de garantir a ordem pública. Se nós denunciarmos a omissão do Senhor Governador, porque também é um fato, ele fica dentro do Palácio do Governo, deixando a merce, a situação se agravar a cada instante. Por estas razões, como Deputado Estadual, defensor dos direitos da soberania do meu Estado, volto a repetir, o Governador do Estado tem obrigatoriamente que assumir essa posição, pois ele é o Chefe do Poder Executivo, Nós temos a nossa briosa Polícia Militar, que é lá colocada na área e que o Governador suspenda todos os pastores e a retirada imediatamente de Padres e religiosos que ali permanecem, insuflando e instigando os índios, para um conflito, e para que um confronto venha a acontecer. Confio em DEUS, para que não venham trazer maiores problemas ou o derramamento de sangue. Esta é a nossa posição, reiterando a todos os seus termos o meu posicionamento anteriormente."

O Senhor Deputado **JOSÉ MARIA GOMES CARNEIRO.**

-" Senhor Presidente, em minhas Explicações Pessoais, eu gostaria de reafirmar uma posição muito clara, não só deste Parlamentar, como também do Governo do Estado. O problema é muito complexo e pela emoção, muitas vezes, se acusa a quem até não se deve. Eu acredito que o caminho é exatamente o que está se propondo nesta Assembléia, isto é, de conversar com as partes interessadas em busca de um grande entendimento.

A Constituição Federal é muito clara, e quando da questão do Presidente afastado **FERNANDO COLLOR DE MELLO**, quando da realização da **ECO-92**. Nós sabemos que a Amazônia foi a mais prejudicada para a realização da **ECO-92**. Os organismos internacionais sobre os quais debatemos inclusive, há duas semanas atrás em Manaus, no Fórum Nacional de Criminalidade onde o sub-tema era exatamente a invasão em área indígena e em área de preservação ecológica, ficou muito claro o interesse internacional e que realmente só à força de um povo poderá trazer a solução. Eles, na verdade, estão muito mais organizados de que nós sabemos que não é apenas um problema do Governo do Estado, mas um problema a nível de Congresso Nacional, porque a Constituição é muito clara também, quando diz que para a demarcação dessas áreas, o Congresso Nacional deve ser ouvido e isso não foi feito. Por ocasião ainda da demarcação da área Yanomami, esta Casa também teve o seu papel importante e deve ser ouvida. A Constituição assegura isso. Agora, acusar o Governo do Estado, isso não vai trazer benefícios para os pecuaristas, índios, caboclos e para a nossa sociedade. Me parece que é mais um caso, onde muitas pessoas querem tirar proveitos políticos, quando na verdade deveria estar respaldado pelo povo, deveria estar ao lado do fazendeiro, do caboclo, do índio, enfim,

dos que estão levando o crescimento para aquela região, para unanimente encontrar soluções pacíficas, porque esse povo de Roraima é um povo pacífico, e tem demonstrado especialmente que sabe negociar, que sabe colocar, que sabe até ceder, para que haja progresso e felicidade. Portanto, Senhor Presidente, gostaria de colocar esta nossa posição, que também estamos interessados na solução dos problemas, porque as acusações ao Governo do Estado não trarão benefícios, e sim, trarão prejuízos para essa comunidade, e juntos, o Governo, a OAB, Legislativos e todas as partes interessadas. Nós temos de encontrar soluções. Muito obrigado."

O Senhor Presidente (FLÁVIO DOS SANTOS CHAVES).

" Não havendo mais nenhum Deputado que queira se pronunciar em Explicações Pessoais, convocamos os Senhores Deputados, para terça feira no horário regimental de nossa Sessão Ordinária. Convidamos os Senhores Deputados a permanecerem, para que nós possamos dialogar com os pecuaristas representantes nesse nosso trabalho. Queremos fazer como foi feito na área Yanomami, para nós chegarmos a um denominador comum, sem ferir nem um lado e nem o outro.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão."

PROJETO DE LEI

PROTOCOLO GERAL

MENSAGEM Nº 32, de 08 de outubro de 1992

LIDO NA SESSÃO DO DIA 23/10/1992
Secretário

Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências, em atendimento ao disposto no Art. 165, da Constituição Federal, combinado com o Art. 112, da Constituição Estadual, o Projeto de Lei do Plano Plurianual de Investimentos 1992/1995.

2. Cuida o Plano Plurianual de Investimentos 1992/1995 de fixar metas e de estimar meios, na medida do possível, para consecução dos objetivos estabelecidos.

3. Num momento de particular dificuldade nacional, com o país mergulhado na maior crise econômica e social de sua história recente e onde a própria economia mundial enfrenta fortíssimo quadro recessivo, optou o Governo do Estado por dirigir-se aos seus concidadãos com espírito de franqueza e realismo, descartando visões delirantes e soluções mágicas. A crise somente poderá ser vencida com a parceria entre sociedade civil e governo, assentada no estabelecimento de objetivos claros e estratégias corretas, com muito esforço e espírito de colaboração de todos os agentes envolvidos no processo.

Excelentíssimo Senhor
Deputado FLÁVIO DOS SANTOS CHAVES
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa
N E S T A /

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossas Excelências o testemunho de meu alto apreço e consideração.

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado de Roraima

PROTOCOLO GERAL

PROJETO DE LEI Nº , DE DE OUTUBRO DE 1992

LIDO NA SESSÃO DO DIA 23/10/1992
Secretário

Dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o período 1992-1995 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições de seu cargo, submete à apreciação da Egrégia Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, o seguinte Projeto de Lei, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o período 1992-1995 e dá outras providências, nos termos do Art. 112 da Constituição Estadual:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o período 1992/1995, estabelecendo, para o período, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública do Estado de Roraima para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Art. 2º - As diretrizes, os objetivos, as metas e as despesas a que se refere este artigo são as especificadas no Anexo desta Lei.

Art. 3º - A lei de diretrizes orçamentárias, em cada exercício, procederá ao detalhamento das metas estabelecidas no Plano Plurianual.

Art. 4º - Anualmente, o Poder Executivo poderá submeter à Assembléia Legislativa, mediante Projeto de Lei, proposta de revisão do Plano Plurianual, a fim de ajustá-lo às circunstâncias emergentes que imponham essa necessidade.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Vista (RR), de outubro de 1992.

OTTOMAR DE SOUSA PINTO
Governador do Estado